

# "Trens da alegria" sob ameaça

Débora Maroja

Preocupados com manutenção de dois artigos que configuram a criação de "trens da alegria" no capítulo das Disposições Transitórias do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, os deputados Adylson Motta (PDS-RJ) e Geraldo Campos (PMDB-DF) garantem que irão se empenhar para retirá-los do texto constitucional quando este chegar ao plenário.

Ao defender a moralidade na administração pública, Adylson Motta vê a necessidade de que sejam estabelecidos parâmetros para conter os abusos, sem deixar de valorizar o funcionário público. Assim, ele vai apresentar emenda de plenário propondo que os ocupantes de cargos públicos somente sejam efetivados em seus cargos após dez anos de serviço, ao invés dos cinco anos contidos nos dois artigos das Disposições Transitórias.

Os dois artigos dos "trens da alegria" são os de números 46 e 47. O primeiro estabelece que "os atuais ocupantes de cargos públicos, cuja investidura tenha decorrido de lei federal, estadual ou municipal, na forma prevista na parte final do parágrafo 1º do artigo 97 da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, ficam efetivados nos respectivos cargos e estabilizados, desde que tenham cinco ou mais anos de serviço". O segundo afirma que "são estáveis os atuais servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que, à data da promulgação da Constituição, contêm, pelo menos, cinco anos de serviço na administração direta ou indireta, inclusive em fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público".

## Estatuto

Além de sugerir a mudança de cinco para dez anos para a efetivação no serviço público, Adylson Motta propõe, em sua emenda, que sejam beneficiados apenas os ocupantes de cargos na administração direta e autarquias, o que caracteriza servidores regidos pelo Estatuto do Funcionário Público, excluindo, portanto, aqueles da administração indireta e fundações.

Adylson salienta que o atual projeto da Constituinte valoriza muito mais o funcionalismo público do que a Constituição em vigor. Ele acha que a Constituição vigente é uma porta aberta à burla, por conter a ressalva, "salvo os casos estabelecidos em lei", que permitem a entrada de pessoas no serviço público "pela janela".

O parlamentar entende que o estabelecimento de um regime jurídico único para o funcionário é um dos avanços obtidos no texto constitucional aprovado pela Sistematização. Com isso, os funcionários têm obrigação de se organizar em carreira, para que tenham expectativa de ascensão funcional.

O nepotismo, considerado por Adylson Motta, como uma "praga nefasta", é extinto no projeto. Ele é autor da emenda que determina que "cônjuge e parente em segundo grau, em linha direta ou colateral, consanguíneo ou afim, de qualquer autoridade, não pode ocupar cargo ou função de confiança, ainda que sob contrato, em organismos a ela subordinados, na administração pública".

## Remuneração

O último dispositivo aprovado e considerado como um dos ganhos obtidos é a fixação do valor entre a maior e a menor remuneração da administração pública, direta ou indireta. Serão observados como limites máximos os valores percebidos como remuneração, em espécie, por membros do Congresso Nacional, ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos estados e municípios. Tal dispositivo tenta combater os "marajás" que proliferam no serviço público.

A aprovação desses quatro itens no projeto aprovado pela Sistematização foi facilitado pela presença de um lobby eficiente. Permanecem ainda alguns "entulhos" a serem removidos do texto do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O deputado Geraldo Campos eleito com voto dos servidores públicos sugere que seja abolido o parágrafo 5º do artigo 45, no qual se estabelece que "os cargos serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional". Segundo Geraldo Campos, a expressão "preferencialmente" acaba tornando inócua o dispositivo.



Geraldo Campos e Adylson Motta prometem empenho para restabelecer a moralidade administrativa

## Entendimento nacional é saída contra a crise, prega Lucena

O presidente do Senado Federal, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), pregou ontem um amplo entendimento nacional para que o País supere a atual crise econômica e venha a consolidar e fortalecer o poder civil. "O entendimento nacional é imprescindível para salvar o Brasil da crise econômica, e um exemplo a ser seguido é o da Espanha", frisou Lucena.

Segundo o parlamentar, a economia brasileira vive "uma hora muito grave" e somente a união das forças da sociedade e dos políticos, em torno de objetivos comuns "independentemente de partidos" poderá afastar um perigo maior diante da crise econômica.

Humberto Lucena considera, também, imprescindível, a maior rapidez na conclusão dos trabalhos constituintes. Segundo suas previsões, a promulgação da futura Constituição do País se dará "o mais breve possível". Na sua opinião, isso é fundamental para, que o Brasil se encontre com sua vocação de liberdade, num regime democrático autêntico, "e que tenha, sobretudo, um caráter progressista", afirmou.

## Perspectivas

Para o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), 1988 "será um ano difícil". As dificuldades segundo o senador paraense, terão origem no campo econômico, "mas as conseqüências serão sociais e políticas", nessa ordem.

Considerando-se um otimista "com pés na terra", Passarinho se disse confiante de que, apesar das

dificuldades, não ocorrerá uma convulsão social. Entretanto, ressaltou, que "não vê como a população poderá viver menos amargurada e menos desconfortada". Na sua opinião, a Constituinte independe disso, em seu trabalho, mas é o fórum de repercussão dos problemas sociais.

Especificamente em relação à Assembleia Nacional, Passarinho entende ser necessário ter qualidades de pitonisa para poder antecipar a data de promulgação da futura Constituição. Mas ele indica um prazo de dois meses, no mínimo, para que os trabalhos sejam ultimados.

A deputada Sandra Cavalcanti

Arquivo 4/2/87



Lucena: exemplo espanhol

(PFL-RJ) espera que a Constituição consiga ser votada antes de março, por ser muito importante para o Brasil e para a classe política. Para ela, em 88 é fundamental que o Poder Executivo comece a ter maior responsabilidade e deixar de pôr a culpa na Constituinte. "Afinal, ela não tem culpa da dívida externa, pelo déficit público e pelo descontrole do mercado".

Segundo a deputada, 88 deve ser decisivo na história brasileira, pois será o ano da nova Constituição, do parlamentarismo, "ou de um presidencialismo verdadeiro, porque, o que está aí pode ser chamado de monarquia ou absolutismo", e das eleições gerais diretas.

Sandra Cavalcanti observa que seu maior desejo é que a Constituição seja promulgada logo, "para o bem do Brasil".

## Conquistas

A futura Constituição brasileira contemplará modificações profundas na estrutura jurídica brasileira, e significará conquistas importantes no campo social. Disso está certo o senador Odacir Soares (PFL-RO), que assim deposita grande confiança no ano que se avizinha. "Será o ano dos trabalhadores, e dos segmentos mais marginalizados do povo brasileiro", afirma.

Soares vê na nova ordem jurídica a ser promulgada "a grande conquista do Brasil". A futura Carta, na sua opinião, disciplinará a nova realidade econômico-social do País e a partir daí os avanços serão conseqüentes.

## Estados já organizam suas Cartas

As assembleias legislativas dos estados brasileiros já estão iniciando os trabalhos com o objetivo de elaborar as respectivas constituições estaduais. No Mato Grosso, o presidente da Assembleia, deputado Roberto França (PMDB), disse foram criados seis pólos regionais para recolher propostas populares, "pois o objetivo é receber sugestões de toda a sociedade". Esses pólos ficam em Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garça, Alta Floresta, Cáceres e Tangará da Serra.

No Estado de Sergipe, uma comissão pró-Constituinte foi montada no mês de agosto, com o objetivo de acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. O deputado Almeida Lima (PSB), membro da comissão, disse que ela é composta de cinco deputados, pertencentes aos cinco partidos com assento na assembleia estadual. Será dissolvida quando do início dos trabalhos da Constituinte estadual que terá três comissões, duas temáticas e uma de sistematização.

O deputado Frederico Jayme, presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, disse que os trabalhos referentes à Constituição do Estado serão precedidos da conscientização de todos os segmentos representativos da sociedade sobre o papel que precisam desempenhar na elaboração da nova carta. No próximo mês será lançada uma campanha para divulgação da Constituinte.

Atila Lins, presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, considera o prazo de seis meses para elaboração da Constituição estadual mais do que suficiente, tendo em vista que já foram realizados dois seminários com representantes das comunidades da capital e do interior.

## Esboço

Formada por 23 deputados dos seis partidos com representação no Legislativo, a comissão pré-Constituinte da Assembleia baiana já começou os estudos que irão direcionar a organização da Constituição estadual. O presidente da comissão, deputado Luís Leal (PMDB) disse que a intenção é apresentar um esboço de Constituição ainda durante o recesso parlamentar.

Em Rondônia foram instaladas comissões pró-Constituinte em todas as sedes municipais. Até fevereiro próximo, os distritos do Estado terão também suas comissões, segundo informou o presidente da comissão pró-Constituinte, Rigomero Agra. Inúmeros formulários foram distribuídos a população que está enviando sugestões para a Assembleia Legislativa, reivindicando melhores condições de saúde, educação e segurança e financiamentos com juros baixos para a agricultura. Rigomero Agra afirmou que a Constituição de Rondônia vai traduzir a vontade popular e todas

as sugestões serão levadas em conta por uma equipe de consultoria.

Os 30 deputados da Assembleia Legislativa do Espírito Santo estão prontos para iniciar os trabalhos da Constituinte estadual e o presidente da assembleia, deputado Dilton Lyrio Netto (PMDB) disse que formara uma comissão composta de juristas e representantes da sociedade civil com a finalidade de elaborar um anteprojeto de Constituição a fim de proporcionar subsídios aos deputados para a elaboração da nova carta estadual. Já o PFL, através do líder, deputado Enivaldo dos Santos, antecipou-se aos trabalhos de elaboração da futura Constituição e apresentou um projeto próprio. Esse projeto tem 202 artigos e visa a dar subsídios para as discussões iniciais, a fim de evitar uma demora maior, como aconteceu em nível nacional. Seu destaque é o fortalecimento do Poder Legislativo.

## Aguardar

O presidente da Assembleia da Paraíba, deputado José Fernandes de Lima, disse que ainda não baixou atos dando início aos trabalhos ou a formação de comissões e sub-comissões. Na sua opinião, só depois de aprovadas as disposições transitórias da Constituição Federal é que iniciará o trabalho na Paraíba, pois até agora não existe qualquer lei que autorize a tomar uma posição diferente".